ISSN: 2358-8829

O ACESSO DE PESSOAS TRANS À EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM RETRATO DO INGRESSO POR RESERVA DE VAGAS NO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2024

Aline Costalonga Gama[1]
Letícia Gomes Alvarenga[2]
Shirlena Campos de Souza Amaral[3]

INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior brasileira constitui uma dimensão importante do debate sobre a democratização da educação e a efetivação do direito à igualdade. Embora a ampliação das oportunidades educacionais tenha ocupado lugar de destaque nas políticas públicas das últimas décadas, a presença de determinados grupos sociais nesse nível de ensino permanece atravessada por desigualdades historicamente constituídas. Entre esses grupos, encontram-se as pessoas trans, cujas trajetórias educacionais são frequentemente marcadas por processos de discriminação, exclusão institucional e restrições ao exercício de direitos fundamentais.

A expressão pessoas trans compreende, no âmbito deste estudo, travestis, mulheres trans e homens trans, cujas identidades de gênero não correspondem ao sexo atribuído no nascimento. A experiência social dessa população evidencia que as desigualdades educacionais não se restringem às condições materiais de acesso às instituições de ensino, envolvendo também práticas discriminatórias, dificuldades de reconhecimento institucional e obstáculos à construção de trajetórias escolares contínuas.

Nesse cenário, as ações afirmativas assumem relevância como instrumentos de enfrentamento das desigualdades e de ampliação das oportunidades educacionais. Entre essas iniciativas, destacam-se as políticas de reserva de vagas destinadas a grupos

[1] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) *Campus* Vitória, alinecga@yahoo.com.br;
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, leticia.galvarenga@hotmail.com;
[3] Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense; Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), shirlena@uenf.br.

ISSN: 2358-8829

historicamente marginalizados, cuja implementação parte do reconhecimento de que a igualdade formal de condições de concorrência não é suficiente para superar desigualdades socialmente produzidas.

A insuficiência histórica de informações oficiais acerca das pessoas trans constitui um obstáculo à formulação, ao acompanhamento e à avaliação de políticas públicas voltadas a essa população. Nesse contexto, a disponibilização de variáveis específicas sobre reserva de vagas para pessoas trans nos microdados do Censo da Educação Superior de 2024, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em setembro de 2025, representa um avanço para a produção de evidências sobre o tema. A incorporação dessas informações possibilita identificar, em escala nacional, os ingressos registrados por meio dessa modalidade de ação afirmativa e examinar sua distribuição no sistema brasileiro de educação superior.

Diante dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo analisar o ingresso de pessoas trans na educação superior brasileira por meio de políticas de reserva de vagas, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior de 2024. Especificamente, busca-se identificar a distribuição territorial dos ingressantes, caracterizar as instituições de educação superior segundo sua categoria administrativa e organização acadêmica e analisar a distribuição dos ingressos conforme a modalidade de ensino, o grau acadêmico e os cursos de graduação.

A pesquisa adota abordagem quantitativa, de caráter exploratório-descritivo, tendo como principal indicador a variável censitária QT_ING_RVTRANS, que corresponde ao quantitativo de ingressantes por meio de reserva ou destinação diferenciada de vagas para pessoas trans. A análise contempla os registros positivos dessa variável, articulados às informações institucionais, geográficas e acadêmicas disponibilizadas pelo Inep.

Os resultados evidenciam que o ingresso por reserva de vagas para pessoas trans permanece numericamente reduzido e concentrado em determinadas unidades da federação, sobretudo em instituições públicas federais e em cursos presenciais de bacharelado. Dessa forma, o estudo busca contribuir para o debate sobre a democratização da educação superior, destacando a relevância da produção de dados oficiais para o acompanhamento das políticas afirmativas e a necessidade de ampliação e diversificação das oportunidades de acesso destinadas a essa população.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza exploratório-descritiva, desenvolvida a partir da análise de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A investigação utiliza os microdados do Censo da Educação Superior de 2024, divulgados publicamente em 22 de setembro de 2025.

A escolha desse levantamento decorre da incorporação de variáveis específicas relacionadas à participação de estudantes em programas de reserva ou destinação diferenciada de vagas para pessoas trans, permitindo examinar, em escala nacional, os registros de ingresso associados a essa modalidade de política afirmativa.

Os microdados foram obtidos na plataforma de dados abertos do Inep, em arquivos compactados que contemplam informações referentes às instituições, aos cursos e aos estudantes da educação superior brasileira. Após a extração dos arquivos, foram examinados os conjuntos de dados e os respectivos dicionários de variáveis, disponibilizados pelo órgão, de modo a assegurar a identificação e a interpretação dos indicadores utilizados.

Considerando o objetivo deste trabalho, a análise foi delimitada à variável QT_ING_RVTRANS, correspondente à quantidade de ingressantes por reserva de vagas para pessoas trans, incluindo pessoas transgênero e travestis.

Foram selecionados os registros que apresentavam valores estritamente positivos para essa variável (QT_ING_RVTRANS > 0), identificando-se, assim, os cursos e as instituições com registros efetivos de ingresso por essa modalidade no ano de referência.

Para a caracterização dos ingressos, foram consideradas variáveis relacionadas à localização geográfica, às características institucionais e à oferta acadêmica, entre as quais se destacam:

- NO_REGIAO, NO_UF e NO_MUNICIPIO, referentes à localização geográfica da oferta;
- TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA e TP_REDE, relativas à natureza administrativa e à rede de ensino;
- TP_ORGANIZACAO_ACADEMICA, referente à organização acadêmica da instituição;

ISSN: 2358-8829

- CO_IES, utilizado para identificação das instituições de educação superior;
- NO_CURSO e CO_CURSO, destinados à identificação dos cursos;
- NO_CINE_AREA_ESPECIFICA, referente à classificação das áreas de formação;
- TP_GRAU_ACADEMICO e TP_NIVEL_ACADEMICO, relativos à caracterização acadêmica;
- TP_MODALIDADE_ENSINO e TP_DIMENSAO, associados à modalidade e às características da oferta;
- IN_GRATUITO, indicador referente à gratuidade do curso.

Para identificação e padronização das instituições, também foi utilizado o arquivo MICRODADOS_EDSUP_IES_2024, permitindo associar os códigos institucionais às respectivas denominações.

A organização dos resultados considerou o somatório dos ingressantes registrados na variável de interesse e sua distribuição segundo as categorias selecionadas. A análise descritiva possibilitou identificar a concentração territorial, a participação das diferentes redes de ensino, a distribuição entre modalidades e graus acadêmicos e a presença dos ingressantes nos cursos de graduação. Os resultados foram sistematizados com o objetivo de evidenciar as características predominantes do ingresso por reserva de vagas para pessoas trans na educação superior brasileira.

Cabe destacar que a variável analisada não corresponde à totalidade das pessoas trans ingressantes na educação superior em 2024, mas exclusivamente àquelas registradas como ingressantes por programas de reserva ou destinação diferenciada de vagas. Portanto, os resultados não permitem estimar a presença total dessa população na graduação, uma vez que estudantes trans também podem ingressar por outras modalidades de seleção.

Outra limitação refere-se à dependência da qualidade das informações declaradas pelas instituições de educação superior, especialmente quanto à identificação e ao registro das políticas afirmativas implementadas. Além disso, por se tratar de um levantamento transversal, a análise não permite acompanhar trajetórias individuais nem estabelecer

relações causais entre a existência de políticas de reserva de vagas e os resultados observados.

A pesquisa utiliza dados públicos e anonimizados, sem identificação individual dos estudantes, respeitando os princípios éticos aplicáveis à utilização de informações secundárias disponibilizadas por órgãos oficiais.

Apesar dessas limitações, os microdados censitários constituem uma fonte relevante para a caracterização inicial do ingresso de pessoas trans por reserva de vagas, oferecendo subsídios empíricos para o acompanhamento e o aperfeiçoamento das políticas afirmativas na educação superior brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise do acesso de pessoas trans à educação superior exige considerar as relações entre identidade de gênero, reconhecimento social e desigualdades educacionais. Embora formalmente orientada pelo princípio da universalidade do direito à educação, a instituição escolar também pode reproduzir padrões normativos que dificultam o reconhecimento da diversidade de gênero. Nesse contexto, Faermann, Costa e Couto (2020), ao discutirem as relações entre cisnormatividade, violência e instituição escolar, apontam que práticas e estruturas institucionais podem reproduzir processos de exclusão. Essas desigualdades não se restringem à educação superior, mas atravessam as trajetórias escolares desde a educação básica, comprometendo as possibilidades de continuidade dos estudos. Nessa perspectiva, Lima (2020) aborda a relação entre a educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior, compreendendo essas etapas como dimensões articuladas de uma mesma trajetória formativa.

Diante desse cenário, as ações afirmativas assumem relevância como instrumentos de enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando que determinados grupos sociais não dispõem das mesmas condições de acesso e participação nos espaços de formação. Entre essas iniciativas, a reserva de vagas constitui uma modalidade de ação afirmativa voltada à ampliação das oportunidades educacionais de grupos historicamente marginalizados, conforme discutem Feres Júnior *et al.* (2018). No caso das pessoas trans, sua implementação representa uma iniciativa de reconhecimento das barreiras relacionadas à identidade de gênero e das dificuldades enfrentadas por essa população ao longo de suas trajetórias educacionais. Ao investigar a implementação de cotas para

ISSN: 2358-8829

pessoas trans na pós-graduação das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, Alvarenga (2024) destaca o papel das instituições na ampliação das políticas afirmativas destinadas a essa população. Nesse sentido, a existência dessas políticas não deve ser analisada apenas a partir de sua previsão institucional, sendo necessário examinar seu alcance territorial, sua distribuição entre as instituições e as oportunidades concretas de ingresso que proporcionam.

A discussão sobre o reconhecimento e a visibilidade de pessoas trans no ambiente acadêmico também contribui para a compreensão dessas desigualdades. Mello e Magalhães (2020) abordam a inserção, o reconhecimento e a visibilidade de pesquisadoras e pesquisadores trans no meio acadêmico e científico, enquanto Mello e Magalhães (2021) analisam narrativas desses sujeitos, ampliando o debate sobre suas possibilidades de existência e reconhecimento nos espaços de produção do conhecimento. Embora esses estudos não tratem especificamente do ingresso por reserva de vagas na graduação, suas contribuições permitem compreender que a democratização da educação superior envolve não apenas a ampliação das oportunidades formais de acesso, mas também o reconhecimento das pessoas trans como sujeitos legítimos desses espaços.

A produção de informações estatísticas é fundamental para o planejamento e a avaliação das políticas educacionais. A insuficiência histórica de dados oficiais sobre pessoas trans dificulta a caracterização de sua presença na educação superior e a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, os microdados do Censo da Educação Superior de 2024 (Inep, 2025), ao incorporarem variáveis específicas sobre reserva de vagas para pessoas trans, representam um avanço para a visibilidade e o acompanhamento dessas políticas, permitindo analisar sua distribuição territorial, institucional e acadêmica. Entretanto, esses indicadores contemplam apenas os ingressantes vinculados a essa modalidade de ação afirmativa, não abrangendo a totalidade das pessoas trans na educação superior.

A investigação das políticas afirmativas destinadas às pessoas trans deve considerar as desigualdades que marcam suas trajetórias educacionais e as condições institucionais de acesso à educação superior. Dessa perspectiva, a articulação entre exclusão educacional, reconhecimento institucional e produção de dados oficiais evidencia a importância dessas políticas para a democratização da educação superior, bem como a necessidade de examinar sua abrangência e distribuição no sistema educacional.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos microdados do Censo da Educação Superior de 2024 identificou 98 ingressantes por reserva de vagas para pessoas trans, distribuídos em seis unidades da federação, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Ingressantes por reserva de vagas para pessoas trans, por unidade da federação

Unidade da Federação	Ingressantes	Participação (%)
Bahia	45	45,9
São Paulo	31	31,6
Rio Grande do Sul	13	13,3
Rondônia	4	4,1
Amapá	3	3,1
Ceará	2	2,0
Total	**98**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior 2024 (Inep, 2025).

A Bahia apresenta o maior quantitativo de ingressantes por reserva de vagas para pessoas trans, com 45 registros (45,9%), seguida por São Paulo, com 31 (31,6%), e pelo Rio Grande do Sul, com 13 (13,3%). A concentração dos ingressos em apenas seis unidades da federação evidencia uma distribuição territorial desigual, possivelmente relacionada à adoção dessas políticas por determinadas instituições. Embora os dados não permitam identificar as razões dessa concentração, os resultados apontam para a importância da ampliação territorial das políticas afirmativas como instrumento de democratização do acesso à educação superior.

A Tabela 2 evidencia a predominância da rede pública entre os ingressantes por reserva de vagas para pessoas trans.

Tabela 2 – Distribuição dos ingressantes por categoria administrativa das instituições

Categoria administrativa	Ingressantes	Participação (%)
Pública federal	71	72,4
Pública estadual	23	23,5
Privada sem fins lucrativos	4	4,1
Total	**98**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior 2024 (Inep, 2025).

ISSN: 2358-8829

Dos 98 ingressantes identificados, 71 encontram-se vinculados a instituições públicas federais, correspondendo a aproximadamente 72,4% do total. Outros 23 ingressantes (23,5%) estão associados a instituições públicas estaduais, enquanto quatro (4,1%) foram registrados em instituições privadas sem fins lucrativos. Consideradas conjuntamente, as instituições públicas concentram 94 ingressantes, equivalentes a 95,9% do total, enquanto a rede privada responde por apenas 4,1% dos registros. Esse resultado evidencia o protagonismo das instituições públicas, especialmente federais, na efetivação do ingresso por reserva de vagas para pessoas trans no conjunto analisado.

No que se refere à organização acadêmica, os 98 ingressantes estão vinculados a universidades, não sendo identificados registros positivos da variável analisada em centros universitários, faculdades ou institutos federais. Esse resultado aponta para a importância de ampliar o debate sobre a adoção de políticas de reserva de vagas para pessoas trans em diferentes tipos de instituições de educação superior, considerando a diversidade organizacional do sistema brasileiro.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos ingressantes segundo o grau acadêmico e a modalidade de ensino.

Tabela 3 – Distribuição dos ingressantes por grau acadêmico e modalidade de ensino

Indicador	Categoria	Ingressantes	Participação(%)
Grau acadêmico	Bacharelado	74	75,5
	Licenciatura	22	22,4
	Não aplicável	2	2,0
Modalidade de ensino	Presencial	97	99,0
	A distância	1	1,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior 2024 (Inep, 2025).

Dos 98 ingressantes identificados, 97 (99,0%) estão vinculados a cursos presenciais, enquanto apenas um (1,0%) ingressou na modalidade a distância. A expressiva concentração dos ingressos em cursos presenciais evidencia a participação reduzida da modalidade a distância no conjunto analisado, indicando a necessidade de investigar a distribuição das oportunidades de ingresso por reserva de vagas entre as diferentes modalidades de ensino.

Quanto ao grau acadêmico, observa-se a predominância dos cursos de bacharelado, com 74 ingressantes (75,5%), seguidos pelas licenciaturas, com 22 (22,4%), e por dois

ISSN: 2358-8829

registros classificados como não aplicáveis (2,0%). Ainda que em menor proporção, os registros nas licenciaturas demonstram que essa modalidade de reserva de vagas também contempla cursos destinados à formação de professores.

Em relação à gratuidade, 94 ingressantes (95,9%) estão vinculados a cursos gratuitos, enquanto apenas quatro (4,1%) ingressaram em cursos não gratuitos, reforçando a predominância das instituições públicas na oferta de oportunidades de ingresso por reserva de vagas para pessoas trans.

A análise institucional identificou 16 instituições de educação superior com registros de ingresso por reserva de vagas para pessoas trans, distribuídos em 40 denominações distintas de cursos, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Ingressantes por reserva de vagas para pessoas trans, por instituição e curso

Instituição	Curso	Ingressantes
Universidade Federal do Rio Grande	Artes Visuais	1
	Direito	1
	Enfermagem	1
	Medicina	1
	Psicologia	1
Universidade de Caxias do Sul	História	1
Universidade de Passo Fundo	História	1
	Letras - Português e Inglês	1
Universidade do Estado da Bahia	Ciências Contábeis	1
	Ciências Sociais	1
	Direito	4
	Enfermagem	1
	Fisioterapia	1
	História	1
	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	1
	Medicina	2
	Nutrição	1
	Pedagogia	2
Universidade Federal da Bahia	Abi - Ciências Biológicas	1
	Abi - Ciências Sociais	1
	Administração	1
	Artes Cênicas	2
	Ciência Da Computação	1
	Comunicação - Produção em Comunicação e Cultura	1
	Design	1
	Direito	1
	Engenharia de Controle e Automação de Processos	1

	Estudo de Gênero e Diversidade	1
	Farmácia	1
	Interdisciplinar em Humanidades	1
	Pedagogia	1
	Psicologia	1
	Serviço Social	1
	Teatro	1
	Medicina	1
Universidade Federal de Santa Maria	Artes Visuais	1
	Direito	2
	Engenharia da Computação	1
Universidade Federal de Santa Catarina	Letras - Libras	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	Direito	1
	Medicina	1
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Medicina	1
	Ciência da Computação	1
	Direito	1
Fundação Universidade Federal de Rondônia	Administração	1
	Artes Visuais	1
	Medicina	1
	Agronomia	1
Universidade do Vale do Taquari	Letras - Português e Inglês	1
Fundação Universidade Federal do ABC	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	19
	Interdisciplinar em Ciências Naturais e Exatas	2
	Interdisciplinar em Ciências e Humanidades	7
	Interdisciplinar em Ciências Humanas - Bi/Li	2
Universidade do Estado do Amapá	Direito	2
	Pedagogia	1
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Ciências Biológicas	1
	Letras - Língua Inglesa	1
Universidade Federal do Oeste da Bahia	Medicina	1
Universidade Federal do Sul da Bahia	Engenharia Agrícola e Ambiental	1
	Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e Suas Tecnologias	1
	Ciências Biológicas	1
	Interdisciplinar Em Artes	1
	Interdisciplinar em Artes e Suas Tecnologias	1
	Medicina	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior 2024 (Inep, 2025).

Destacam-se a Universidade Federal do ABC (UFABC), especialmente pelos ingressos em cursos interdisciplinares, e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a

ISSN: 2358-8829

Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela diversidade de cursos contemplados. Entre as formações com maior quantitativo de ingressantes, destacam-se Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, com 19 registros (19,4%), Direito, com 12 (12,2%), e Medicina, com nove (9,2%), que, conjuntamente, representam 40,8% do total. Também foram identificados ingressos em cursos das áreas de educação, saúde, ciências humanas, artes e tecnologia, evidenciando a diversidade de formações alcançadas por essa modalidade de ação afirmativa, embora os registros permaneçam concentrados em determinados cursos e instituições.

Assim, os resultados evidenciam o alcance ainda restrito do ingresso por reserva de vagas para pessoas trans na educação superior brasileira, com 98 registros concentrados em seis unidades da federação e 16 instituições, predominantemente públicas, universitárias e com oferta presencial. Essa distribuição pode estar relacionada às condições institucionais de oferta dessas políticas e à disponibilidade de oportunidades de ingresso nas diferentes instituições e regiões do país. Embora a disponibilidade de dados oficiais represente um avanço para seu acompanhamento, os resultados apontam para a necessidade de ampliar e diversificar as oportunidades de ingresso, considerando também os desafios relacionados à permanência e à conclusão dos cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o ingresso de pessoas trans na educação superior brasileira por meio de políticas de reserva de vagas, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior de 2024. Foram identificados 98 ingressantes, distribuídos em 16 instituições de educação superior, localizadas em seis unidades da federação, com concentração na Bahia e em São Paulo, responsáveis por 77,6% dos registros.

Os resultados evidenciaram a predominância das instituições públicas, especialmente federais, bem como a concentração dos ingressos em universidades, cursos presenciais e bacharelados. Embora tenham sido identificados registros em diferentes áreas do conhecimento, a distribuição territorial, institucional e acadêmica revela o alcance ainda restrito dessa modalidade de ação afirmativa.

A disponibilização de dados específicos pelo Inep representa um avanço para a visibilidade e o acompanhamento dessas políticas. Entretanto, cabe destacar que os registros analisados correspondem exclusivamente aos ingressantes por reserva ou

destinação diferenciada de vagas, não abrangendo a totalidade das pessoas trans que ingressaram na educação superior em 2024.

Conclui-se que, embora as políticas de reserva de vagas constituam iniciativas importantes para o enfrentamento das desigualdades educacionais, permanece necessária a ampliação de sua abrangência territorial e institucional. Destaca-se, ainda, a importância de estudos futuros sobre a implementação dessas políticas e as condições de permanência e conclusão dos cursos, considerando que a democratização da educação superior não se limita ao acesso, mas envolve também a continuidade das trajetórias acadêmicas.

Palavras-chave: Pessoas Trans; Censo da Educação Superior; Políticas Afirmativas; Graduação; Equidade educacional.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Letícia Gomes. **A implementação da política de cotas para pessoas trans nos cursos de pós-graduação stricto sensu das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro: discursos e fundamentos legais de justificação**. 2024. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2024.

FAERMANN, Lindamar Alves; COSTA, Silvio Luiz da; COUTO, Catarina. Cisnormatividade, violência e instituição escolar. **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 25, p. 020036, 2020.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Microdados do Censo da Educação Superior 2024**. Brasília, DF: Inep, 2025.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70–87, 2020.

MELLO, Yasmin Teixeira; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Inserção, reconhecimento e visibilidade de pesquisadoras/es trans no meio acadêmico e científico. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 27, p. 226–242, 2020.

MELLO, Yasmin Teixeira; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Possibilidades de existências trans: analisando narrativas de pesquisadoras/es. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. especial, p. 178–204, 2021.